

CONJUNTURA ELEITORAL JÁ MOVIMENTA PARTIDOS POLÍTICOS EM MINAS GERAIS

Políticos e agentes públicos têm declarado que as eleições de 2022 não são assunto para agora e que todas as atenções devem estar concentradas no enfrentamento da pandemia e em outras agendas de governo alegadamente mais urgentes. Faltam, de fato, mais de quinze meses para a data em que acontecerá o primeiro turno eleitoral. Mesmo a essa distância, porém, esse evento já tem atraído interesses. Nos bastidores, a preocupação com as eleições é vital para as lideranças e seus partidos. Por esse motivo, sucessão e reposicionamento nas disputas jamais ficam em segundo plano.

Dentre os cargos que estarão em jogo nas próximas eleições, a disputa pela Presidência da República tende a ocupar os holofotes, mas também estarão no páreo a escolha de um novo governador, uma das vagas que Minas Gerais tem no Senado, além das disputas pelas 53 cadeiras de deputados federais e as 77 de deputados estaduais.

As incógnitas em relação ao próximo período eleitoral são ainda numerosas. As próprias regras do embate estão sendo rediscutidas no Congresso. O presidente da República tem asseverado reiteradamente que não aceitará um resultado em que ele próprio não seja o vencedor e, nos últimos dias, chegou a dizer que não haverá eleição, a menos que se aceitem as condições por ele impostas.

As forças armadas têm dado mostras de que arrogam para si mesmas o extravagante papel de tutoras da democracia, apesar do paradoxo que possa representar uma democracia alegadamente garantida pela força das armas. O fato é que as instituições brasileiras de amparo à democracia têm estado sob incessante assédio nos últimos meses e não dá para excluir que o cerco venha a se tornar mais estreito nos próximos meses.

É nesse ambiente que esta edição de **Contextus** procura descrever as movimentações que estão acontecendo em Minas Gerais rumo às eleições. Entende-se que as condições da disputa aqui no estado dependem de inúmeras variáveis que ainda estão por se definir no plano nacional, do mesmo modo que também no plano regional há muitas indefinições. O comportamento futuro de Jair Bolsonaro (sem partido) como presidente e como candidato à reeleição pode se tornar crucial também para a disputa pelo governo mineiro.

Em seguida, discute-se a reforma eleitoral que está em tramitação na Câmara dos Deputados. Tal reestruturação vem se configurando como uma das mais extensas reformas políticas das últimas décadas. Dentre todos os aspectos visados pela reforma, o desmonte da Justiça Eleitoral parece ser o objetivo mais apreciado – e nem sempre confessado de maneira explícita pelos reformadores.

Finalmente avaliam-se as condições gerais de disputa pelo governo do estado, enfrentadas pelos dois candidatos com maior intenção de votos declarada nas pesquisas eleitorais hoje disponíveis: o atual governador, Romeu Zema (Novo), em busca de sua reeleição e o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD).

CONJUNTURA NACIONAL TORNA INCERTO O CENÁRIO DAS ELEIÇÕES EM MINAS GERAIS

Diversos eventos em curso no cenário nacional comprometem uma clara antevisão de rumos na disputa presidencial. Nos últimos meses, os acontecimentos têm se precipitado rapidamente e tendências dadas antes como inevitáveis, mostram-se agora bem menos prováveis em face de novas e importantes revelações.

Uma das situações que bem expressa essa oscilação na conjuntura foi a entrada do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na corrida presidencial. Depois da revisão, pelo Supremo Tribunal Federal, dos processos que o inabilitavam eleitoralmente, parte dos analistas davam como certa a emergência de uma nova polarização, em 2022.

Embora o discurso da suposta polaridade tenha proliferado na mídia, parece difícil sustentar sua existência. Tal interpretação supõe haver uma equivalência entre o bolsonarismo como extrema direita e o petismo e outros partidos da esquerda como se fossem extremos.

No entanto, é mais comum que se reserve o adjetivo “extremo” para designar aquelas forças políticas que defendem uma ruptura com as instituições e com as regras pactuadas na Constituição e em outros códigos legais. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a extrema direita está caracterizada pelas reiteradas convocações feitas pelo presidente para que haja ruptura. Contudo, não parece haver forças de esquerda hoje com alguma viabilidade para defender o rompimento desse pacto de convivência representado pela Constituição e pelas normas vigentes.

Não há fatos que justifiquem tratar como equivalentes, de um lado, o apelo constante à descontinuação como faz o bolsonarismo e, de outro, os movimentos que reivindicam mudanças políticas, sociais e econômicas, mas mantendo-se dentro do enquadramento dos valores democráticos.

Embora não seja, propriamente, uma polarização, por algum tempo, permaneceu previsível a ocorrência de um segundo turno entre Lula e Bolsonaro com disputa acirrada. No entanto, há algumas semanas as pesquisas eleitorais vêm dando razões para duvidar de uma disputa equilibrada entre esses dois polos. Houve até mesmo uma inversão do favoritismo de Bolsonaro dando agora vantagem a Lula. Já se tem falado em uma possível vitória do petista em primeiro turno.

A mais de um ano de distância das eleições, porém, não se pode descartar mudanças igualmente abruptas em outras direções. Setores políticos de centro têm procurado apresentar um nome em torno do qual tais forças enxerguem, como consenso, a viabilidade de se impor uma alternativa a Bolsonaro e Lula. Até o momento, porém, não há sinais de tal candidato que possa se viabilizar eleitoralmente.

O elemento potencialmente mais corrosivo na rotação de eventos foi a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado, desde os últimos dias de abril, para investigar a atuação federal no combate à pandemia. Não cessam de aparecer as sugestões de que o desastre brasileiro na contenção do coronavírus pode ser efeito de um projeto político intencional de ataque às medidas de enfrentamento da pandemia, inclusive aquelas preconizadas oficialmente pelo próprio Ministério da Saúde. Tratar-se-ia de deixar acontecer naturalmente a pandemia com a contaminação de um maior número de pessoas, com vistas a se alcançar um nível de imunização coletiva – a chamada “imunidade de rebanho”.

Em meio a uma sucessão de ondas, o número de mortos em decorrência da pandemia disparou e ultrapassou a marca, sabidamente subestimada, de meio milhão de vidas perdidas. O país foi alçado aos primeiros lugares no *ranking* do número de vítimas da covid-19, embora se concentrem aqui apenas 2,8% da população mundial. Análises comparativas do desempenho entre diversos países têm apontado que, em cada quatro pessoas mortas pela covid-19 no Brasil, três poderiam ainda estar a salvo se o governo federal tivesse adotado uma conduta meramente protocolar no enfrentamento da pandemia, fazendo apenas o indispensável.

Desde meados de junho, o patamar da crise política gerada pela má condução da pandemia se elevou. Surgiram acusações de práticas de corrupção no Ministério da Saúde, com envolvimento de outros setores do governo, inclusive com a participação de militares e do líder do governo na Câmara dos Deputados. Outras denúncias de corrupção e favorecimento ilícito nos processos bilionários de aquisição das vacinas vêm se acumulando. Contra o presidente, pesa a acusação de ter sido avisado e de não ter tomado qualquer providência para debelar o assalto aos cofres públicos.

Já nos primeiros dias de julho, uma série de reportagens publicadas pelo portal **UOL** apresentou gravações de conversas entre parentes de Bolsonaro que atestam a prática de peculato (desvio de dinheiro público) pelo próprio presidente Jair Bolsonaro (sem partido) quando ainda era deputado federal. Pelo menos dois dos filhos do presidente já têm sido investigados em razão da mesma prática.

Com isso, a corrupção entrou na lista dos problemas do governo Bolsonaro. Antes esse debate estava restrito a parte da imprensa e dos espectros políticos do centro à esquerda. A questão agora adquiriu mais amplo alcance. Alguns cientistas sociais têm chamado a atenção para o potencial reativo dessas revelações. Numa perspectiva histórica, o tema da corrupção é particularmente sensível para os setores identificados como de direita no Brasil.

Pode ser que a acusação de corrupção e sua conseqüente mácula moral venham a produzir, nesses setores, em desfavor do atual presidente, um maior engajamento do que a acusação de responsabilidade por um genocídio. No momento em que este texto está sendo produzido, vão se multiplicando as pesquisas de opinião que repercutem esse novo cenário. Aparentemente a aprovação do governo e do próprio presidente estão em declínio, uma tendência que antes já se podia constatar, mas com menor intensidade.

O governo parece depositar confiança em medidas supostamente capazes de resgatar sua aprovação popular, como uma nova etapa de auxílio emergencial e a ampliação do programa Bolsa Família (possivelmente com adoção de um novo nome). O problema é que o crescimento econômico que se tem alcançado é insuficiente para suportar esse custo. O Ministério da Economia já declarou que não haverá dinheiro para todos os projetos desejados pelo presidente.

Nesse contexto, tem crescido a tentação do aumento de impostos, medida que é impopular sobretudo na classe média. O aumento de tributação, além disso, mexe com o interesse dos segmentos mais ricos da população e isso pode representar o surgimento de descontentamento em outros segmentos da sociedade.

Vale considerar que, até o momento, o governo Bolsonaro não conseguiu implementar sua pauta reformista, que incluiria, além das privatizações de empresas públicas, a reforma tributária e a reforma administrativa. Essa pauta serve aos interesses das classes médias mais altas e dos ricos, que constituíram importante fração do eleitorado de Bolsonaro. Essa tem sido mais uma promessa não cumprida pelo presidente. Em meio ao estado de desordem em que se encontra o governo federal assediado em inúmeras frentes, parece pouco provável que se consiga aprovar tais medidas em curto prazo. Iniciado o ano eleitoral de 2022, medidas impopulares costumam ter, no Congresso Nacional, chances ainda mais reduzidas de aprovação.

Por fim, a esperança da recuperação econômica aguda após a pandemia até o momento não deu sinais de acontecer. Os números que projetam um crescimento de 4,5% em 2021, convivem com altos índices de inflação no preço dos alimentos e de outros itens da cesta básica, além de taxas recordes de desemprego. Mesmo entre os mais ricos persiste a dúvida sobre a sustentabilidade do crescimento obtido. Por outro lado, já está claro que os mais pobres não são beneficiários do atual crescimento econômico. Ao contrário, a pobreza tem aumentado e a fome voltou ao país.

Outro problema cujas conseqüências podem se tornar explosivas é a crise energética. Primeiramente, o aumento incontido dos preços de combustíveis tem alimentado a elevação da inflação e, por outro lado, tem tornado o presidente refém dos trabalhadores do transporte de cargas. O bolsonarismo teve relações inequívocas com a greve dos caminhoneiros em 2018 e o governo Bolsonaro tem se obrigado a fazer concessões pouco sustentáveis.

Ainda no campo energético, nos últimos dias tem se avolumado o risco de apagão. As chuvas escassas se combinam com a falta de planejamento e de investimentos e, agora, o país está sob a ameaça de uma crise que pode trazer prejuízos a uma economia já fragilizada.

Não obstante tantos aspectos negativos, parecem não estar dadas as condições políticas para a aprovação de um *impeachment* ou para que se autorizem, na Câmara dos Deputados, medidas judiciais mais rigorosas, ainda que se acumulem os flagrantes de agressão ao ordenamento jurídico e a falta de respeito à liturgia do cargo cometida pelo presidente. Avolumam-se evidências de que parte do Congresso cedeu à sedução das benesses do governo para manter seu apoio a Bolsonaro. Orçamento secreto, superfaturamento, prevaricação (ou seja, quando um servidor público ou um político voluntariamente retarda ou omite o cumprimento de um dever, ou age contra a lei) são termos que têm frequentado as manchetes nos últimos meses, associados às ações do governo federal para manter sua base de apoio no Congresso Nacional.

Em reação a esse quadro, vêm se multiplicando as manifestações contra o presidente Bolsonaro, convocadas por partidos de esquerda e movimentos sociais. Aparentemente, também o número de pessoas participando desses eventos está crescendo. Já está anunciada também uma manifestação chamada pelos movimentos de direita – aqueles mesmos que, há apenas cinco anos, reivindicaram a deposição de Dilma Rousseff (PT). Depois de um longo período de esgarçamento das instituições, nem mesmo o maior desastre sanitário da história do país tem sido suficiente para fazer direita e esquerda convergirem para um diálogo em torno de uma causa comum.

Não havendo *impeachment* do presidente Bolsonaro, teme-se encontrar pela frente a reedição de medidas com finalidades populistas em meio a uma campanha eleitoral antecipada, além da continuidade do desmonte do que restou das políticas públicas. É praticamente consenso entre analistas que o preço pago pelo governo para obter o apoio dos partidos do chamado “centrão” tende a subir. Daí afirmar-se que é esperada a proliferação dos escândalos relativos ao desvio e à malversação de recursos públicos.

Esse cenário conturbado tem implicações no posicionamento de políticos e candidatos aqui em Minas. Diversas lideranças locais são reconhecidas como possíveis candidatos à Presidência da República, como o prefeito da capital, Alexandre Kalil (PSD) e até mesmo o atual governador Romeu Zema (Novo).

Persistindo o enfraquecimento do favoritismo de Jair Bolsonaro em seu projeto de chegar ao segundo turno, esses e outros políticos tendem a se propor como terceira via. Também o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), figurou nessa lista por vários meses. A notícia de sua candidatura à Presidência da República foi noticiada na imprensa em meados de julho e seria oficializada após sua transferência para o PSD. De acordo com matéria publicada pelo **Estadão** (13 jul. 2021), Rodrigo Pacheco surge como o candidato preferido pelos militares como alternativa entre o atual presidente e o candidato petista.

SOCIEDADE CIVIL DESCONHECE A MAIOR DAS REFORMAS POLÍTICAS QUE TRAMITA NO CONGRESSO

Está em andamento, na Câmara dos Deputados, uma das mais amplas reformas políticas da história recente do país. Desde o final do século XX, vêm sendo feitas modificações pontuais no código eleitoral que, na sua versão original, remonta ao período da ditadura militar. Por decisão do Legislativo ou por determinação do Supremo, diversas atualizações foram sendo implementadas, como o fim das doações empresariais a campanhas de partidos e candidatos, a obrigatoriedade da ficha limpa, a criação dos fundos públicos de financiamento e, mais recentemente, o fim das coligações na escolha de vereadores e deputados.

Nenhuma dessas alterações é isenta de controvérsias já que produziram resultados frequente considerados contraditórios. Apesar de todas as mudanças dos últimos trinta anos, ainda é consenso afirmar que o sistema político brasileiro continua pouco permeável à participação popular e insensível à diversidade: tende-se à concentração do poder nas mãos de poucos cujo perfil é predominantemente monocromático: homens, heterossexuais, brancos e ricos.

Desde 1996, sucederam-se quinze iniciativas de reforma política, a maioria delas conduzidas às vésperas de ano eleitoral e quase todas feitas sem ouvir a sociedade civil. Quando houve tentativa de participação, os projetos populares foram ignorados, como ocorreu com o projeto de reforma política encampado pela OAB, CNBB e dezenas de outras organizações da sociedade civil em 2015. Em direção contrária ao que desejava aquela iniciativa popular, naquele ano, as alterações tenderam a amenizar medidas de controle e a diminuir a transparência.

Neste ano, a reforma está tramitando sob a Proposta de Emenda Constitucional 125/11. O documento tem mais de cem páginas. Tem sido dito pelos reformadores que o objetivo da reforma é dar maior previsibilidade a eleitores, candidatos e partidos, evitando-se que, no futuro, novas reformas sejam necessárias às vésperas de eleições. Tanto a história recente como o próprio teor da reforma que está sendo discutida, porém, desmentem esse ideal.

“Emendão” da reforma política é apresentado na Câmara dos Deputados

Para o "emendão" ser admitido era necessário um total de 171 assinaturas, porém passou com folga, contabilizando 178. A relatora – a deputada governista Renata Abreu (Podemos – SP) poderá acatar na íntegra ou parcialmente os itens presentes no documento e o acordo é de que, uma vez levado a plenário, as bancadas farão os destaques que acharem pertinentes.

Acesse a pesquisa completa no site do Congresso em Foco:
<https://bitly.com/TPEM0>

Vê-se, ao contrário das alegações dos reformistas, que no documento se tenta reverter o controle social sobre as eleições que mudanças de anos anteriores haviam ampliado. A proposta agora aprecia mecanismos para anular fundos públicos, reestabelecer as contribuições eleitorais por empresas, permitir outra vez as coligações proporcionais e criar o voto distrital em vez do voto proporcional na escolha de parlamentares. Outro tema discutido é a imposição do voto impresso, cujo defensor mais entusiástico tem sido o presidente Jair Bolsonaro.

Essas e outras mudanças igualmente impactantes vêm sendo discutidas sem participação popular e, mais ainda, ignorada por boa parte da população. Embora esteja tramitando há meses, a própria Câmara está funcionando de forma semipresencial em razão da pandemia e isso tende a restringir ainda mais o debate. Já ocorreram algumas audiências públicas, mas inexistem mecanismos eficazes de intervenção dos interessados. Na imprensa, tem sido dito que os partidos que compõem o Centrão estão aproveitando o domínio que, sob o governo Bolsonaro, reafirmaram na Câmara dos Deputados e no Senado para dismantelar regulações que estorvam seus projetos fisiológicos.

A cláusula de barreiras criada em 2017 é mais um dos aspectos que estão sendo revisados. A regra em vigor exige que, para ter acesso ao fundo partidário e à partilha do tempo de propaganda em rádio e televisão, um partido atinja, em 2022, pelo menos 2% dos votos válidos em um terço das unidades da Federação. Um segundo critério estabelece que será mantida também a legenda que conseguir eleger onze deputados federais em nove estados.

Somado com a proibição de coligações na campanha para deputados em 2022, há risco de que esse patamar eleitoral mínimo a ser cumprido leve partidos menores à extinção. Nas eleições de 2018, catorze partidos ficaram abaixo do patamar exigido naquela época (1,5%). Por isso mesmo a medida é controversa. É um fato que partidos menores ficam inviabilizados e são forçados à fusão ou a constituir outros mais expressivos. Assim se uniram o PCdoB e o PPL, como também o PRP e o Patriota, e PHS acabou sendo incorporado pelo Podemos.

Segundo analistas contrários à cláusula de desempenho, porém, perder-se-ia com tal medida a pluralidade na representação das ideologias circulantes na sociedade. Em particular, os partidos de esquerda, ligados a movimentos sociais seriam preju-

Partidos com representação na Câmara dos Deputados em 2022

A partir da constatação de que no Brasil, com o resultado das últimas eleições municipais, a maioria das câmaras de vereadores passou a ter um número menor de partidos políticos em 2021, o Diap produziu uma tabela com o efeito da cláusula de desempenho sobre o número de partidos representados na Câmara dos Deputados.

Na próxima eleição de 2022 a cláusula de desempenho passa de 1,5% para no mínimo 2% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados. Os resultados da votação para vereador em 2020 revelam que, dos 33 partidos que lançaram candidaturas, 18 partidos atingiriam 2% dos votos válidos, considerando os votos nominais e os de legenda obtidos.

Acesse a pesquisa completa no site do Diap:
<https://bityli.com/wcLrx>

dicados. Por outro lado, essa cláusula também dificulta a manutenção de legendas sem qualquer vínculo ideológico e que funcionam apenas como partidos de aluguel. Em contraposição, quem defende a manutenção da barreira sustenta que não há diversidade ideológica que justifique a existência dos 33 partidos reconhecidos atualmente no Brasil.

Outro tema candente dessa reforma é a criação do voto distrital. O sistema chamado “distritão” preconiza que, nas eleições de vereadores e deputados, se adote critério análogo ao dos cargos majoritários, isto é, vencem a eleição os candidatos mais votados. Atualmente, a proclamação do vencedor depende do número de votos recebidos globalmente pelo partido e, até recentemente, se considerava a votação obtida pela coligação.

Um benefício do modelo distrital é o fato de que se eliminaria a eleição de candidatos com votações irrisórias, os quais, nas regras hoje vigentes, acabam sendo alçados ao cargo pretendido por causa do grande número de votos obtidos por outro candidato da mesma legenda mais conhecido do grande público. No entanto, várias críticas são feitas ao modelo distrital. Primeiramente, da forma como está sendo proposto o distritão, os partidos políticos perdem importância, visto que uma candidatura avulsa poderia se tornar viável. A eleição se desvincularia ainda mais de qualquer exigência de um projeto – político ou de governo – mais consistente como condição.

Outro fator é que o distritão pode diminuir as chances de renovação nas casas legislativas: a tendência é de que um parlamentar, por fazer-se mais conhecido durante o mandato, se perpetue no poder.

No entanto, a ameaça mais contundente do distritão é a fragmentação dentro das casas legislativas. Se hoje, com 33 partidos, já se enfrentam problemas pelo excesso de núcleos de poder com que o Executivo tem de lidar dentro dos parlamentos, com o estilhaçamento das candidaturas avulsas, a fragmentação tenderia a ser ainda maior, aumentando a complexidade das necessárias negociações entre ambos os poderes.

Todas essas medidas são discutíveis e dificilmente vão conseguir o consenso requerido para sua aprovação. Diversos analistas, no entanto, têm chamado a atenção para a possibilidade de que elas funcionam apenas como distrações. Colocam-se em debate temas polêmicos que acabarão rejeitados, mas que cumprem a função de esconder um objetivo maior: afrouxar regras de fiscalização e de transparência e evitar punições a candidatos e partidos infratores.

O objetivo mais importante dessa reforma seria, então, o de reduzir os poderes de fiscalização e controle da Justiça Eleitoral que perderia, sobretudo, a sua competência criminal. Aliás tem sido dito publicamente por deputados envolvidos na construção da reforma que o objetivo maior é conter o “ativismo judiciário” por meio de regulamentações legais que não deixem oportunidade para as resoluções frequentemente emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral para esclarecer aspectos das regras e das condições de cada disputa.

Ainda se presente no debate o ressentimento desses políticos frente à decisão do Supremo Tribunal Federal, no ano passado, quando se definiu a divisão equânime do fundo público de campanha entre candidatos brancos e negros. Contudo, outros temas ainda repercutem, como se tivessem sido intervenções abusivas do Poder Judiciário: a retirada do financiamento eleitoral por empresas; mais recentemente, a condenação ao uso do *WhatsApp* e de outras mídias sociais como tática para manipular o eleitor por meio da produção e disseminação de notícias fraudulentas (*fake news*); assim como o emprego dessas mesmas ferramentas digitais para burlar o controle sobre custos e doações de campanha.

ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR TENDE A NOVA POLARIZAÇÃO EM 2022

Começaram a ser publicadas neste semestre as pesquisas eleitorais, apresentando os candidatos potenciais ao governo do estado e ao Senado. Embora tais levantamentos possam orientar decisões de candidatos e partidos e motivar posicionamentos na disputa, o comportamento do eleitor a quinze meses do primeiro turno é pouco previsível.

Além disso, pesquisas tendem a se tornar mais compreensíveis quando compõem séries históricas. Neste momento, esse recurso ainda não está disponível. Há diferentes pesquisas, com critérios e métodos díspares que não permitem traçar tendências de forma coerente.

Qualquer inferência, neste momento, corre o risco de ser excessivamente precoce. Como dito acima, não está sequer definido quem será efetivamente candidato. Costumam-se apresentar alguns nomes apenas para testar sua viabilidade para que depois, em face dos números da pesquisa, as direções partidárias decidam a conduta a ser tomada.

Seja como for, algumas tendências já vêm sendo destacadas por analistas políticos. A pesquisa do instituto AtlasIntel, publicada pelo jornal **Valor Econômico** no mês de junho, coloca o governador Romeu Zema (Novo) em empate técnico com o prefeito da Capital Alexandre Kalil (PSD). Ainda no final do mês passado, um levantamento da F5 Atualiza Dados Pesquisas, publicado pelo jornal **Estado de Minas**, atribuía 32,5% ao governador e o prefeito aparecia com 24%.

Esses números resultam de resposta estimulada (isto é, quando se mostra ao entrevistado uma lista de candidatos entre os quais se deve fazer a escolha) e se referem apenas ao primeiro turno. Nessas pesquisas produzidas pelos institutos citados, os demais candidatos não ultrapassam um dígito no percentual das intenções de voto que podem receber. Permanecendo constante o quadro atual, até o momento não aparece no horizonte qualquer indicativo de surgimento de uma terceira via.

Na imprensa, alguns analistas têm aventado até mesmo a possibilidade de uma vitória em primeiro turno, considerando que – mesmo à revelia dos números atuais – a situação tende a favorecer mais o

prefeito Alexandre Kalil do que o governador Romeu Zema. Quem aposta nesse ponto de vista considera que Zema já é conhecido no interior do estado, ao passo que o trânsito de Kalil é mais circunscrito à Grande Belo Horizonte.

O prefeito da capital teria, portanto, espaço político para ampliação de sua imagem, ao passo que Zema não gozaria desse benefício. Por inversão, contudo, poder-se-ia dizer que Zema tem a seu dispor a máquina pública do estado, com possibilidade de negociações com prefeitos que lhe aumentem a capilaridade da campanha no interior.

A POLITIZAÇÃO DA PANDEMIA

Alexandre Kalil e Romeu Zema têm em comum o fato de ambos haverem ingressado na política apresentando-se como *outsiders*, como alguém que supostamente venha de fora da política, e fizeram dessa característica uma plataforma eleitoral. Ambos fizeram sua imagem pública como antipolíticos, ao adotarem um discurso pretensamente contrário ao sistema.

Na condução de seus respectivos governos, prefeito e governador foram se distinguindo, ainda que permaneçam identificados, pelo menos no discurso, com a mesma plataforma que os consagrou vitoriosos. Contudo, tanto durante a campanha eleitoral como no começo de seu mandato, Zema se radicalizou mais no discurso de recusa à política institucionalizada. Durante sua campanha em 2018, declarou uma guerra aos deputados que depois, ao longo do governo, nunca deu mostras de haver se extinguido, ainda que as necessidades da gestão o tenham forçado a se calar em alguns momentos.

O então candidato a governador fez uma série de promessas que parte da sociedade organizada considerou como pouco racional. Foi sugerida, por exemplo, a venda de aeronaves, o que cria um enorme problema para um governador se fazer presente no interior de um estado com as dimensões de Minas Gerais. Serviços públicos foram cortados. Em nome da economia de dinheiro, deixou-se o cidadão privado da assistência ou de serviços com que antes podia contar. Foram diversos os pontos de tensão gerados por essa ideologia que predominou no governo Zema. Tentou-se criar uma imagem positiva com a economia feita – literalmente – com o corte do cafezinho.

Todas essas medidas caem no gosto popular à medida que podem produzir, para o eleitor menos informado, a sensação de que os privilégios estão sendo combatidos. Nem sempre o cidadão consegue projetar as cifras milionárias dos custos do setor público à luz de orçamentos que ficam globalmente na casa dos bilhões de reais. Um valor muito alto em termos absolutos pode se tornar irrisório em termos relativos. Desse modo, o corte de um serviço público pode causar um prejuízo muito maior, que não é mensurável e tampouco compensado com o ganho financeiro gerado pela privação.

Seja como for, o discurso da suposta austeridade parece ter conquistado o gosto popular. Zema foi eleito com 71,8% dos votos, no segundo turno, em 2018. A vitória de Zema, porém, não parece significar adesão da população a sua plataforma. Naquele momento, predominava o antipetismo e a recusa pela polarização que já vinha ocorrendo havia muitos anos entre PT e PSDB. Aquele era também o momento em que Jair Bolsonaro estava se encaminhando para a vitória em meio a torrentes de notícias falsas e manipuladoras da opinião pública. Vários candidatos foram eleitos em todo o país compartilhando aquele mesmo discurso e a mesma estratégia.

A proximidade entre as formas de governar de Zema e de Bolsonaro sempre foi ostentada pública e inequivocamente. Essa, aliás, é uma das decisões que o agora candidato à reeleição deverá tomar: o vínculo com o presidente, em 2018, foi uma inegável vantagem competitiva; resta saber se agora, em 2022, ele vai se tornar um peso ou se continuará constituindo uma força agregadora.

Um exemplo dessa identidade entre ambos foi a atitude de Romeu Zema quando, em março de 2020, se instalou a pandemia de covid-19. Acompanhando a atitude negacionista inerente ao bolsonarismo, o governador fez declarações que a oposição possivelmente se encarregará de lembrar ao eleitor no próximo ano. É exemplar a declaração de Romeu Zema feita em abril do ano passado: “nessa crise nós precisamos que o vírus viaje um pouco”.

O contexto de interpretação da frase em questão era a defesa da manutenção das atividades econômicas em municípios onde casos da doença ainda não houvessem chegado. O desenvolvimento dos fatos foi tornando evidente que se tratou de uma aposta arriscada. Favorecendo a circulação do vírus, eleva-se o risco de gerar novas cepas, mais transmissíveis e/ou mais letais, que podem gerar uma crise incontornável nos serviços de saúde e exponenciar ainda mais o número de mortos.

Também parece ter levado tempo para que o governador se desse conta de que a polarização entre salvar vidas e preservar a economia era falsa. Acabou se tornando claro que não se pode descuidar de uma das frentes sem pagar graves preços na outra que lhe é inerentemente complementar. Na opinião pública, prevaleceu a constatação de que primeiro é preciso viver, até para então lidar com os problemas decorrentes dessa escolha.

O próprio governo Zema modificou nos meses seguintes a sua postura e caminhou para uma posição intermediária, alegando a importância da geração e da manutenção de empregos sem descuidar do distanciamento social e de outras medidas igualmente necessárias. Resta saber agora se haverá um custo eleitoral que seus correligionários deverão pagar pelas concessões que fizeram ao negacionismo no início da pandemia.

Inversamente, o prefeito Alexandre Kalil adotou uma postura de observância das orientações científicas no combate à pandemia. Segundo o próprio mandatário, a abertura, fechamento ou contingenciamento das atividades econômicas deveriam ser decididas a partir de dados técnicos sobre a incidência do vírus e a disponibilidade de serviços de saúde.

A prefeitura enfrentou reações e manifestações contrárias à restrição das atividades, capitaneadas por setores da indústria e do comércio. O procedimento adotado por Kalil também foi tratado com resistência por outros prefeitos da região metropolitana e pelo próprio governo Zema. Contudo, o prefeito conseguiu atrair aprovação e apoio popular para sua conduta no enfrentamento à pandemia e acabou sendo reeleito em primeiro turno no ano passado.

Seria arriscado inferir daí uma vantagem competitiva para Kalil em seu projeto de se tornar governador. Neste momento, a vacinação avança a passos lentos e o número de mortes, mesmo em queda, ainda é alto. O medo segue sendo uma força silenciosa, dominando talvez as posturas políticas do eleitorado, em estreita oposição à irracionalidade que ainda insiste sob forma de negacionismo.

Contudo, tem sido levantada legitimamente uma questão quanto aos elementos que passarão a pesar para o eleitor no ano que vem. Até lá a vacinação possivelmente estará mais distribuída. Se não vierem novas ondas da pandemia, o aspecto sanitário (e com ele o medo do contágio e da morte iminente) tende a diminuir.

O medo costuma ser uma força determinante na escolha do eleitor que, sentindo-se sob ameaça, tende a procurar candidatos que lhe passem a imagem da proteção desejada, ao mesmo tempo em que se indispõem a aventurar-se na escolha de candidatos identificados como novos ou com mudanças. A diferença de atitude do eleitor em 2018 e em 2020 tem sido apresentada como exemplo dessa condição. Em 2018, a decisão do eleitor favoreceu os candidatos que se apresentavam como antissistêmicos e antipolíticos, mesmo nos casos notórios em que tal identidade era uma mistificação. Em 2020, diz-se que o eleitor procurou manter o que já era conhecido. Beneficiaram-se – tendencialmente – os políticos que haviam tido uma conduta mais cautelosa na condução da pandemia.

Em contrapartida, no ano que vem os desdobramentos econômicos da pandemia podem vir a ser a preocupação principal para o eleitor. Suspeita-se que o desemprego, os preços altos, a fome, a violência e outras questões correlatas possam ter um papel mais determinante para o eleitorado na definição do voto.

A decisão de Kalil de ampliar a abertura econômica nos últimos meses, quando a pandemia começou a dar os primeiros sinais de arrefecimento, pode indicar uma tendência de sua atuação, neste período, com possíveis desdobramentos eleitorais. Algo semelhante pode ser dito sobre a mudança no discurso adotado também pelo governador ao tratar do enfrentamento da pandemia. Ao que parece, o discurso eleitoral de ambos tende a acompanhar o arrefecimento da pandemia.

FRAGILIDADE DA BASE DO GOVERNO KALIL NA CÂMARA PODE TER IMPLICAÇÕES ELEITORAIS

É comum que o eleitor brasileiro entenda a cidadania como um jogo político de troca de favores e apadrinhamentos até mesmo quando se trata de ter acesso a serviços públicos a que tem direito. Um dos efeitos dessa forma de compreender é a naturalidade com que se disseminou a prática que cria uma espécie de intermediação por vereadores, que se interpõem entre a prefeitura e o cidadão.

Ao invés de se estabelecerem critérios claros e objetivos pelos quais o cidadão possa ter acesso aos serviços públicos, criam-se obstáculos burocráticos de modo que o vereador aparece como uma espécie de despachante. Para o cidadão, resta uma sensação de estar devendo favor ao vereador. Uma dívida moral que será paga sob a forma de voto nas eleições subsequentes.

Trata-se de um tipo de populismo frequentemente visto na forma como vereadores estabelecem relações com seus eleitores. Essa conduta se combina com o aparelhamento de secretarias, órgãos e empresas públicas, indicando apadrinhados para ocupar cargos. Nem sempre a competência e a qualidade dos serviços prestados são priorizadas nessa distribuição de cargos.

Esse modelo fisiológico da troca de apoio no Legislativo por benesses no Executivo tende a ser insaciável. O ocupante do Executivo é continuamente pressionado para liberar outras vantagens com as quais o parlamentar pretende mostrar serviço e conquistar eleitores.

Talvez por se considerar que o estratagema da distribuição de cargos entre vereadores seria potencialmente mais danoso ao cidadão, no caso do governo Kalil, parece que prevaleceu uma relação mais pautada pelo atendimento de demandas dos vereadores (aqui descrita pela analogia com o trabalho do despachante), embora se tenha notícias de que também possa ter havido loteamento de cargos.

Seja qual for o ponto de equilíbrio atingido, entretanto, parece que a fórmula aplicada no primeiro mandato não está surtindo o mesmo efeito nesta legislatura iniciada em janeiro de 2021. Alguns vereadores têm reclamado de que não estão sendo tratados com a “devida atenção”, como resumiu uma matéria do jornal **O Tempo** (12 maio 2021).

Em maio, o governo chegou a promover um encontro com os vereadores, procurando restabelecer essa relação, mas, em certa medida, o evento já vinha tardiamente: o governo já havia sofrido importantes derrotas na Câmara. Tal reunião teria tido o objetivo de reparar essa situação e recuperar uma relação mais negociada.

A primeira derrota tinha acontecido em março. O pedido de empréstimo destinado às obras contra enchentes na região da avenida Vilarinho foi reprovado na Câmara Municipal. Um dos vereadores que votaram contra o projeto é do mesmo partido que o prefeito. Alexandre Kalil declarou publicamente que a decisão da Câmara – segundo ele, uma decisão contrária aos interesses da cidade – só se explicaria

por interesse “político”. Com isso, a cidade de Belo Horizonte deixará de receber um aporte de quase R\$ 1 bilhão proveniente do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Depois, no mês de maio, foram instaladas duas comissões parlamentares de inquérito na Câmara Municipal. A primeira investiga os contratos da BHTrans com as empresas de ônibus. As notícias publicadas na imprensa vêm intensificando as suspeitas de que possa ter havido comportamento de cartel: documentos de empresas concorrentes teriam sido gerados em um mesmo computador; propostas idênticas e vários outros indícios já foram constatados pela Comissão.

Esse tema havia sido objeto da primeira campanha de Kalil, em 2016, quando o então candidato prometeu abrir “a caixa-preta da BHtrans”, e tem se mantido como um tema candente da gestão municipal. A resposta dada pelo Executivo não foi considerada satisfatória. Agora a Câmara Municipal chamou para si a tarefa de investigar. Em certo sentido, a questão é tirada das mãos de Kalil. As derivações políticas e eleitorais dessa investigação ainda são desconhecidas.

A segunda comissão de inquérito instalada em maio tem o objetivo de fiscalizar o uso de recursos repassados pelos governos federal e estadual para o combate à pandemia de covid-19. A proposta de comissão conseguiu apenas catorze assinaturas, que são o mínimo aceitável para que se aprove a criação de uma CPI.

Por mais que, no primeiro caso, as evidências estejam se dirigindo para ações de governos anteriores e, no segundo, não tenham sido apontadas até o momento irregularidades, a existência de tais comissões no Parlamento sempre representa alguma tensão. O próprio fato de haverem sido aprovados dois inquéritos e de o governo ter perdido uma votação importante levanta questão sobre qual seria hoje, exatamente, a base de apoio de Kalil na Câmara.

Nos jornais, veio a público a declaração de um vereador segundo a qual, atualmente, se o governo necessitasse de formar uma maioria qualificada para aprovar alguma medida de seu interesse, não haveria os votos necessários. Uma estimativa otimista considera que, no momento, Kalil contaria com apenas 21 votos dentre os 41 vereadores, sem levar em consideração o descontentamento em sua base de apoio tal como referido acima. Em diversas pautas, o prefeito depende hoje do voto de vereadores da esquerda que, entretanto, não podem ser considerados parte natural de sua base.

Vereadores podem se tornar cabos eleitorais importantes para garantir que a campanha majoritária consiga chegar até o eleitor. Para compensar seu relativo desconhecimento no interior, para Kalil seria importante partir de uma vitória expressiva na Capital. A relação fragilizada com o Legislativo pode representar, em alguma medida, uma dificuldade adicional a ser enfrentada.

Essa situação pode ser equilibrada graças ao fato de que Kalil acaba de conquistar a reeleição e dá sinais de gozar de significativo apoio junto à população. Desse ponto de vista, Zema enfrentará a dificuldade de mostrar as realizações de seu governo, principalmente por se considerar as dificuldades

das contas do estado e a capacidade de investimento inexistente, que estão entre os motivos possíveis para o fato de que Zema não cumpriu boa parte do que prometeu em campanha.

GOVERNO ZEMA TRANSCORRE MANDATO EM GUERRA COM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em fevereiro deste ano, o jornal **Estado de Minas** publicou os números do Instituto Paraná Pesquisas que mostrava uma aprovação de 69,4% dos mineiros ao governo Zema. Apenas um quarto da população (25,8%) o desaprovava naquele momento. Pelo menos a metade dos mineiros (50,8%) considera a gestão ótima ou boa. Apenas 17% a classificam como ruim ou péssima.

Sendo válidos esses resultados, eles constituem o maior patrimônio do governador Romeu Zema em busca da reeleição. Está claro, porém, que os números retratam a situação de vinte meses antes da eleição. Resta saber se essa aprovação resistirá ao período eleitoral, quando os oponentes trarão à lembrança do eleitor as medidas impopulares tomadas pelo governo nos primeiros anos de mandato, seus projetos de privatização e outros de desmonte de serviços públicos.

Em certo sentido, o projeto de reeleição cria dificuldades para que o governador cumpra suas promessas de campanha identificadas com a ideologia do Partido Novo. A privatização de empresas como a Cemig ou a Copasa, a demissão e a retirada de direitos do funcionalismo, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal... são pautas defendidas pelos governistas que têm potencial negativo para a votação desejada pelo governador.

Também pesa contra o governador uma incógnita. Para manter o número de votos que obteve em 2018, seria necessário que sua campanha conseguisse sustentá-lo na condição de “terceira via” ou de antipolítico. Isso funcionou em 2018 quando a população ansiava por um nome fora da polarização entre PT e PSDB. Resta saber se o eleitorado comprará essa imagem depois de quatro anos de governo.

Nesse mesmo campo, um desafio da campanha eleitoral do governador seria produzir a narrativa de que não foi possível cumprir as promessas feitas em 2018 por culpa da pandemia. Poder-se-ia alegar também a dimensão do desastre das contas públicas (nesse caso, seria preciso dizer que o possível foi feito). Até o momento, porém, tem prevalecido no discurso do governador a tentativa de transferir a responsabilidade para terceiros. O discurso mais provável, nessa última hipótese, seria alegar que o governo foi impedido de realizar seus planos por causa do Legislativo.

Um fator que pode favorecer o governador é o fato de que parece não haver outros candidatos na disputa pelo voto do eleitorado identificado com o bolsonarismo. Nesse caso, o eleitor fiel ao presidente seria também um eleitor natural de Zema. O problema é a queda de popularidade do presidente da

República, como discutido nas seções iniciais deste texto, e a consequente dificuldade de justificar, junto à opinião pública, os desastres hoje associados ao governo Bolsonaro.

Por fim, o governo mineiro terá a oportunidade de mostrar suas realizações. No entanto, sem capacidade de investimento, não há obras que produzam grande impacto sobre o imaginário dos mineiros. Pode ser que o governo apresente os equipamentos públicos que, por sua iniciativa, foram desmontados e o benefício contábil daí decorrente, mas terá que assumir que a população ficou sem o serviço correspondente.

No que diz respeito às privatizações – importante bandeira do governador e de seu partido –, não há tampouco realizações importantes a apresentar. Em junho, criou-se uma comissão, na Assembleia Legislativa, para debater as vantagens e desvantagens da desestatização de empresas públicas mineiras. Não se pode descartar que o resultado desse debate favoreça o governo. No entanto, a criação de tal comissão retira o protagonismo das mãos do Executivo e exige, no mínimo, maior esforço de negociação com a Casa Legislativa.

Em dezembro de 2019, a Assembleia Legislativa havia autorizado o governo a antecipar os recebíveis de nióbio. O governo pretendia arrecadar R\$ 5 bilhões, que seriam utilizados para superar o escalonamento dos salários dos servidores, mas a operação não se realizou e os salários continuam parcelados. Nesse meio tempo, o próprio governo tem demonstrado maior interesse pela privatização da Codemig, depois de ter visto frustrada sua proposta de que o BNDES comprasse os direitos sobre os recebíveis.

No mês de junho, o debate voltou à Assembleia. Discute-se a suspensão da autorização dada em 2019. O fato é que, nesse campo, o governo Zema tende a não ter em mãos as realizações que necessita mostrar em sua campanha.

Apesar de alguns períodos em que a negociação prevaleceu, os desgastes do governador com o Poder Legislativo têm crescido. Se Kalil enfrenta o problema de uma articulação pouco sólida com a atual Câmara, esse fator se torna ainda mais grave para Zema. Sem o apoio dos deputados (que, usualmente, se alinham com prefeitos dando capilaridade a uma campanha), a vantagem eleitoral no interior que Zema tem sobre Kalil pode não se sustentar.

Já no mês de julho, ao comentar sobre a CPI da Cemig que está em andamento na Assembleia Legislativa, o governador acusou os deputados que lhe opõem críticas de não fazerem nada e de terem inveja de seu governo. Ao dizê-lo em uma entrevista à **Rádio Super**, o governador fez uso de um termo chulo, o que provocou a reação irada de parte dos deputados. O próprio líder do governo na Assembleia, deputado Gustavo Valadares (PSDB), se viu constrangido a pedir perdão aos colegas e a recomendar silêncio ao governador.

A relação já vinha tensa. Em abril, já havia ocorrido outro desgaste quando o governador anunciou um auxílio a famílias que se encontram em extrema pobreza. A questão é que tal pagamento seria votado no Legislativo no dia seguinte, no âmbito do projeto Recomeça Minas, que pretende, entre outros fins,

viabilizar a renegociação de dívidas de empresas. Ao adiantar o anúncio da medida, deu-se a entender que o projeto era de iniciativa exclusiva do Executivo.

Nos últimos dias de junho, o presidente do Legislativo já havia acusado o governo de descumprir combinados. O contexto do entretanto havia sido o debate sobre a forma de repasse aos municípios mineiros de R\$ 1,5 bilhão de reais, provenientes do acordo com a Vale. O governo pretendia exigir a assinatura de um convênio com os municípios como forma de regulação do repasse. Os deputados, contrariamente, defendiam a transferência direta dos recursos, sem passar pelo caixa do estado.

Embora os motivos alegados sejam diversos, estava em questão o fato de que, se o dinheiro passasse pelo governo, isso geraria dividendos eleitorais para o governador em sua campanha pela reeleição. Ainda que as coisas não fossem exatamente assim, haveria a possibilidade de se dizer que o governo prestou o auxílio extraordinário aos municípios, quando o dinheiro teria vindo, efetivamente, da Vale.

No acordo com a Vale, afinal, reside uma esperança de que, no que lhe resta de mandato, o governo Zema tenha obras que, se realizadas, podem ter um grande apelo eleitoral. A construção do rodoanel, as melhorias no metrô, os investimentos em hospitais estão entre várias medidas previstas.

Principalmente as obras do rodoanel são cercadas de controvérsias, pois impactos ambientais sérios estão sendo apontados entre seus resultados. As obras devem atravessar áreas protegidas, como o Parque Estadual do Rola Moça e a Serra da Calçada. No traçado atualmente planejado, também será afetado o Reservatório de Vargem das Flores, que é um dos três mananciais que abastecem Belo Horizonte. Além disso, cerca de duzentas famílias em Betim e Contagem teriam de ser removidas de suas casas.

De qualquer forma, no período eleitoral todas essas obras serão apenas promessas, visto que, pelo menos o rodoanel, deverá ser iniciado apenas em março de 2023 e a conclusão da obra está prevista para 2027.

Por fim, nos primeiros dias de julho foi aprovada na Assembleia a Lei de Diretrizes Orçamentárias do governo de Minas para 2022. Está projetado um déficit de R\$ 12,4 bilhões. A diferença entre receitas e despesas é menor do que a de 2021, já que, para o ano que vem, se conta com um crescimento econômico maior. De qualquer forma, esses números não permitem projetar novos investimentos públicos em curto prazo.

Nesse mesmo período, a CPI dos Fura-filas da Vacinação aprovou o relatório final dos trabalhos, recomendando a apresentação de denúncia por crimes de peculato e de improbidade administrativa contra ex-secretários e outros membros do alto escalão da Secretaria de Estado da Saúde do governo Zema. A relação entre o governo Zema e a Assembleia Legislativa, no próximo semestre, deverá continuar movimentada pela CPI da Cemig e pela discussão sobre a destinação dos recursos pagos pela Vale.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva da Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Desde o início de 2021 (edição n. 43), a produção e a publicação do *Contextus* passaram a ser realizadas pela *Assessoria e Acompanhamento de Agentes Públicos*, serviço de análise política criado e coordenado pelo Nesp para acompanhar a conjuntura política nos 28 municípios que compõem a área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 – Belo Horizonte – MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

A PUC Minas está operando em Regime Letivo Remoto e as atividades presenciais estão se mantendo de forma reduzida. Nesse período, a comunicação com o Nesp poderá ser feita pelo e-mail: nesppucminas@gmail.com

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick – VEASP
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves